

PSICOLOGIA, ORGANIZAÇÕES E TRABALHO EM PERSPECTIVA SOCIAL E (DE)COLONIAL

PSYCHOLOGY, ORGANISATIONS AND WORK FROM A SOCIAL AND (DEC)COLONIAL PERSPECTIVE

Fabiana Pinto de Almeida Bizarria¹

Leonardo Pinheiro²

¹Professora do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC MG e do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública na UFPI. Doutora em Administração pela Universidade de Fortaleza

²Professor da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e dos Mestrados Profissionais em Administração Pública (PROFIAP/UFPI) e Gestão Pública (PPGP). Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Resumo: Com o presente texto, partimos da problemática da produção de conhecimento em Psicologia, Organizações e Trabalho historicamente referenciada por hegemonias eurocêntricas e pela colonialidade do saber e do ser associadas à centralidade do mercado, desde a leitura liberal até sua perspectiva neoliberal, atualmente desdobrada nas dinâmicas do capitalismo rentista e digital. Essas produções: (i) Naturalizam a experiência dos países situados ao Norte Global como universal; (ii) Invisibilizam saberes situados e epistemologias outras, analisadas sob a ótica daquilo que diverge

da epistemologia dominante; (iii) Vinculam valor humano à produtividade e ao emprego, situando produções subjetivas à comportamentos adaptados; (iv) Transformam a psicologia e a ciência organizacional em tecnologias de adaptação e persuasão a serviço da lógica de mercado; (v) Enfraquecem o lugar, o pertencimento e os modos de vida territorializados diante da globalização. Assim, compreende-se oportuno levantar a discussão sobre como o campo reproduz hierarquias epistêmicas ante os processos de classificação social e nas dinâmicas contemporâneas de organização do trabalho, associadas às configurações subjetivas funcionais e formas de socialização instrumentais, sufocando alternativas teóricas e práticas plurais que ampliem protagonismos e produzam saúde e bem-estar nos variados contextos de trabalho. O objetivo desse editorial, portanto, é apresentar uma reflexão crítica ao campo, por meio de: (i) questionamento da universalidade das narrativas científicas hegemônicas, que produzem linearidades compreensivas e explicativas; (ii) valorização de saberes e produção de práticas sociais de trabalho territorializadas, reconhecendo a dimensão marginalizada e periférica historicamente associada; (iii) revisão do papel do pesquisador no contexto da produção de conhecimento sobre psicologia, organizações e trabalho; (iv) reapresentação do sujeito, do coletivo e do território, integrados e referenciados em suas perspectivas históricas, políticas e culturais, como indissociáveis à produção de conhecimento situado para imprimir avanços argumentativos sobre as interfaces da psicologia, com as organizações e o trabalho na contemporaneidade.

Palavras-chave: Colonialidades; Conhecimento; Trabalho.

Abstract: In this text, we begin with the issue of knowledge production in psychology, organisations,

and work, historically referenced by Eurocentric hegemonies and the colonality of knowledge and being, associated with the centrality of the market, from the liberal reading to its neoliberal perspective, currently unfolding in the dynamics of rentier and digital capitalism. These productions: (i) Naturalise the experience of countries located in the Global North as universal; (ii) Make situated knowledge and other epistemologies invisible, analysed from the perspective of what diverges from the dominant epistemology; (iii) Link human value to productivity and employment, situating subjective productions to adapted behaviours; (iv) Transform psychology and organisational science into technologies of adaptation and persuasion at the service of market logic; (v) Weaken place, belonging and territorialised ways of life in the face of globalisation. Thus, it is appropriate to raise the discussion on how the field reproduces epistemic hierarchies in the face of social classification processes and contemporary work organisation dynamics, associated with functional subjective configurations and instrumental forms of socialisation, stifling plural theoretical and practical alternatives that expand protagonism and produce health and well-being in various work contexts. The objective of this editorial, therefore, is to present a critical reflection on the field, through: (i) questioning the universality of hegemonic scientific narratives, which produce comprehensive and explanatory linearities; (ii) valuing knowledge and the production of territorialised social work practices, recognising the historically associated marginalised and peripheral dimension; (iii) reviewing the role of the researcher in the context of knowledge production on psychology, organisations, and work; (iv) reintroducing the subject, the collective, and the territory, integrated and referenced in their historical, political, and cultural perspectives, as inseparable from the production of situated knowledge to make argumentative advances on the interfaces of

psychology with organisations and work in contemporary times.

Keywords: Colonialities; Knowledge; Work.

Resumen : En el presente texto, partimos de la problemática de la producción de conocimiento en Psicología, Organizaciones y Trabajo, históricamente referenciada por hegemonías eurocéntricas y por la colonialidad del saber y del ser, asociadas a la centralidad del mercado, desde la lectura liberal hasta su perspectiva neoliberal, actualmente desplegada en las dinámicas del capitalismo rentista y digital. Estas producciones: (i) Naturalizan la experiencia de los países situados en el Norte Global como universal; (ii) Invisibilizan los saberes situados y otras epistemologías, analizados desde la perspectiva de lo que diverge de la epistemología dominante; (iii) Vinculan el valor humano a la productividad y al empleo, situando las producciones subjetivas en comportamientos adaptados; (iv) Transforman la psicología y la ciencia organizacional en tecnologías de adaptación y persuasión al servicio de la lógica del mercado; (v) Debilitan el lugar, la pertenencia y los modos de vida territorializados frente a la globalización. Por lo tanto, se considera oportuno plantear el debate sobre cómo el campo reproduce jerarquías epistémicas ante los procesos de clasificación social y en las dinámicas contemporáneas de organización del trabajo, asociadas a configuraciones subjetivas funcionales y formas de socialización instrumentales, sofocando alternativas teóricas y prácticas plurales que amplían el protagonismo y producen salud y bienestar en los diversos contextos laborales. El objetivo de este editorial, por lo tanto, es presentar una reflexión crítica sobre el campo, mediante: (i) el cuestionamiento de la universalidad de las narrativas científicas hegemónicas, que producen linealidades comprensivas y explicativas; (ii) la valorización de

los conocimientos y la producción de prácticas sociales de trabajo territorializadas, reconociendo la dimensión marginada y periférica históricamente asociada; (iii) la revisión del papel del investigador en el contexto de la producción de conocimiento sobre psicología, organizaciones y trabajo; (iv) la rerepresentación del sujeto, del colectivo y del territorio, integrados y referenciados en sus perspectivas históricas, políticas y culturales, como indisociables de la producción de conocimiento situado para imprimir avances argumentativos sobre las interfaces de la psicología con las organizaciones y el trabajo en la contemporaneidad.

Palabras-clave: Colonialidades; Conocimiento; Trabajo.

Introdução

A produção e a difusão de conhecimentos sobre organizações e trabalho tem sido historicamente concentrada em centros hegemônicos do Norte Global, o que demanda algumas considerações apresentadas neste editorial. Como observou Misoczky (2006, p. 9), “os textos colonizados são aqueles que não ressaltam suas marcas de lugar, que não oferecem uma reflexão sobre as peculiaridades de seu espaço de enunciação, sobre o contexto institucional e social de produção de suas ideias”. A problematização do lugar de enunciação abre caminho para compreender que a produção de conhecimento é tensionada pelas relações históricas de poder, anunciadas por muitos teóricos, em diferentes perspectivas, mas especialmente evidenciadas quando analisadas à luz da colonialidade do saber, do ser e do poder. Para avanços, portanto, é preciso recuperar processos de longa data que refletem o que passou a ser reconhecido como ciência, legitimado sob a primazia de uma racionalidade apresentada como universal.

Entre os séculos XVI e XVIII, a passagem da hegemonia teológica para a consolidação do paradigma científico não foi universal, mas “uma mudança subparadigmática no âmbito da história da Europa e da construção da diferença epistêmica colonial” (MIGNOLO, 2004, p. 675).

Nesse processo, “a colonialidade permaneceu invisível” sob a narrativa de que o colonialismo conduziria à modernidade (MIGNOLO, 2004, p. 676). Por isso, “não pode haver um caminho, uni-versal. Tem de haver muitos caminhos, pluri-versais” (MIGNOLO, 2004, p. 678). Nessa direção, a crítica de Mignolo (2004) questiona os próprios critérios de validação do conhecimento. O que está em disputa é a naturalização de determinados padrões epistêmicos como universais, ao mesmo tempo em que outras formas de conhecer foram sistematicamente negadas à matriz civilizatória moderna-colonial, centrado na racionalidade instrumental (BIZARRIA, 2019).

A revolução científica do século XVI consolidou padrões que “tornaram possível que fosse negada toda forma de racionalidade a todas as outras formas de conhecimento” (MIGNOLO, 2004, p. 668) e foi celebrada como triunfo moderno, em paralelo à “negação e repúdio em nome dos valores da modernidade ocidental” (MIGNOLO, 2004, p. 670). Daí a tese de que não há modernidade sem colonialidade, conceito que envolve “disfarçada violência e justificação de negações” (MIGNOLO, 2004, p. 677) e em que “a colonialidade do poder e do saber veio a gerar a colonialidade do ser”, a qual “não é uma subjetividade que floresça sob condições sociais e econômicas para produzir ‘pensamento científico’” (MIGNOLO, 2004, p. 669). Ao evidenciar a relação entre modernidade e colonialidade, o argumento reposiciona a análise do plano histórico para o plano epistêmico. Isso permite compreender como a produção de conhecimento participa ativamente da organização do mundo social e, por sua vez, de suas hierarquias, e, mais dramaticamente, da conformação de modos de subjetivação e experiência.

Mignolo (2004, p. 674) identifica uma dupla ruptura epistemológica - cronológica e espacial - que produziu a “descontinuidade da diferença epistêmica colonial”, associada à colonização do tempo e do espaço. A cultura operou para ocultar que a colonialidade é “um lado da modernidade, e não ‘o outro lado da modernidade’” (MIGNOLO, 2004, p. 691). Assim, o “conhecimento prudente para uma vida decente” implica desfazer a naturalização da ciência e de sua participação na reprodução da colonialidade do poder (MIGNOLO, 2004, p. 687). Essa crítica epistêmica encontra ressonância em análises que exploram os fundamentos ontológicos do pensamento ocidental. Se a colonialidade opera também no

nível do ser e da experiência, torna-se necessário examinar as concepções de humano e de natureza que sustentam a ciência moderna.

No plano ontológico, a separação “judaico-cristã entre Deus (o sagrado), o homem (o humano) e a natureza” (LANDER, 2005, p. 9) sustenta um conhecimento descorporizado e a ideia de universalidade da experiência europeia. Nessa narrativa, “a história move-se do Oriente ao Ocidente” e as sociedades ocidentais figuram como modelo de futuro (Lander, 2005, p. 12). Essas formulações ajudam a entender que a colonialidade não é apenas herança do passado, mas uma dinâmica em constante reatualização, que se infiltra e se reproduz em nossos cenários sociais acadêmicos institucionalizados.

A consolidação do capitalismo e do liberalismo envolveu conquista e submissão colonial e enfrentou resistências; ainda assim, “as ciências sociais têm como piso a derrota dessa resistência” (LANDER, 2005, p. 13), apoiando-se na visão universal da história, na naturalização das relações sociais e na suposta superioridade da ciência (Lander, 2005, p. 13). Desse modo, as ciências sociais promovem a “cientifização da sociedade liberal” e sua naturalização (Lander, 2005, p. 14), tendo a experiência europeia como modelo de modernidade e desenvolvimento histórico.

A globalização reconfigura a ordem capitalista e a cartografia cultural da modernidade, deslocando o eurocentrismo para o “globocentrismo” (Coronil, 2005, p. 51). A chamada “IV Guerra Mundial” é descrita como a globalização neoliberal que amplia pobreza e marginalização e expressa conflito entre centros financeiros e majorias sociais (CORONIL, 2005, p. 53). O globocentrismo envolve a dissolução do Ocidente no mercado, a atenuação de conflitos culturais via integração global e a passagem da alteridade à subalternidade (CORONIL, 2005). Ainda assim, a globalização é “um processo contraditório” que abre novos campos de luta e desestabiliza fronteiras e paradigmas (CORONIL, 2005, p. 59).

No cenário contemporâneo, tais hierarquias se reconfiguram em meio às transformações do capitalismo global, ampliadas com o avanço da financeirização da economia, do neoliberalismo e pela plataformização do trabalho articulada à gestão algorítmica e, no plano sociocultural, a

emergência da digitalização da vida. O capitalismo de vigilância, por exemplo, cuja lógica fundamental consiste em apropriar-se da experiência humana como matéria-prima gratuita, convertendo-a em dados comportamentais para prever, influenciar e modificar comportamentos em larga escala com fins de lucro. Portanto, uma mutação estrutural do capitalismo, comparável, em seus impactos, ao capitalismo industrial, mas agora com efeitos diretos sobre a subjetividade, a liberdade e o futuro da vida democrática (ZUBOFF, 2021).

Com o neoliberalismo amplia-se uma forma de dominação mais eficiente e profunda do que a disciplina clássica, ao explorar a liberdade e a subjetividade dos indivíduos, e não mais reprimi-los diretamente (HAN, 2018). O poder contemporâneo passou a atuar sobre a psique (psicopolítica), quando o sujeito é seduzido a se autoexplorar, tornando-se simultaneamente senhor e servo de si mesmo, submetido à lógica do desempenho, da otimização constante, da transparência e da autoexposição, intensificada pelas plataformas digitais e pelo uso de big data (HAN, 2018).

Na psicologia, a opção decolonial tem sido defendida a partir de autores como Aimé Césaire, Frantz Fanon, Enrique Dussel, Juan Carlos Scannone e Ignacio Martín Baró, Maritza Montero, dentre outros tantos autores e autoras, propondo pesquisas situadas à realidade latino-americana e às reverberações da colonialidade na subjetividade, em favor de práticas de libertação, resistência e afirmação sociocultural (ORELLANO; GONZÁLEZ, 2015). Nesse contexto, a psicologia não permanece neutra. Como campo de produção de saberes sobre subjetividade e processos de subjetivação, ela também participa da problematização dessas matrizes de poder, ante questionamentos sobre a adequação de modelos importados para interpretar realidades marcadas por desigualdades históricas, diversidade cultural e experiências coloniais persistentes.

No contexto brasileiro, Guimarães Junior e Freitas (2023) problematizam que saberes, práticas e instituições da psicologia do trabalho e das organizações podem reproduzir lógicas eurocêntricas, colonialistas e capitalistas, aprofundando desigualdades. Defendem valorizar saberes tradicionais, feministas, indígenas e de movimentos sociais, bem como

repensar a formação e a prática clínica para promover uma transformação social mais plural.

Essas preocupações dialogam com debates anteriores na psicologia e nos estudos organizacionais latino-americanos, que já sinalizavam limites na adoção acrítica de teorias organizacionais universalizantes. Pulido-Martínez, Auza e Ruíz (2005), por exemplo, já indicavam a necessidade de abordagens voltadas às particularidades latino-americanas, reconhecendo a coexistência de repertórios tradicionais e racionalizados no campo da psicologia, organizações e trabalho. Criticam a visão de cultura organizacional como variável mensurável e controlável, que ignora narrativas, metáforas e formas de vida locais, além de pressupor um trabalhador plenamente racional e gerenciável. Em contraponto, analisam a cultura como negociação de significados em múltiplos níveis (interpessoal, intergrupar, intragrupal, intraorganizacional, interorganizacional e institucional), mostrando como repertórios discursivos sustentam ações, conflitos e resistências. Tal abordagem dialoga com a perspectiva da Psicologia Social do Trabalho, também apresentada por Pulido-Martínez (2021) como referência ao contexto da América Latina.

Nesse caminho observam-se avanços ao problematizar as próprias regras do jogo epistêmico que definem quem pode produzir saber legítimo e credível. Rodríguez et al. (2022), em atenção à discussão sobre colonialidade do poder de Aníbal Quijano (2009) e pensamento fronterizo de Walter Dignolo (2008), afirmam que a "colonialidade intelectual" marginaliza projetos alternativos e impõe conceitos assumidos como universais. Criticam abordagens que apenas "dão voz" aos marginalizados, mas mantêm hierarquias. Propõem, em vez disso, a valorização de saberes periféricos e a transformação das estruturas que regulam sua legitimidade, aproximando-se de autores como Paulo Freire, Guerreiro Ramos e Celso Furtado.

Essas discussões encontram um precursor importante em Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982), cuja obra antecipou críticas à dependência teórica e à centralidade do mercado como princípio organizador da vida social. A atualidade de Guerreiro Ramos é reconhecida em eventos e publicações que ressaltam sua relevância teórica. Ventris, Candler; Salm (2010) observam que na América do Norte em que Alberto Guerreiro Ramos

fez o que ele pensava ser o seu trabalho mais importante, o meio intelectual era tanto paradigmático quanto culturalmente insular. Era improvável que um estudioso da largura de Guerreiro Ramos fosse compreendido [...] o que não reflete na relevância do trabalho, mas ao paroquialismo epistêmico no centro do discurso acadêmico global (VENTRISS CANDLER; SALM, 2010, p. 112)

O legado de uma dupla cidadania acadêmica, realizado em 2014 no Rio de Janeiro-Brasil, representou um evento em que tanto a produção como os vínculos brasileiros foram enaltecidos, como as parcerias que Guerreiro Ramos estabeleceu no período que esteve nos Estados Unidos, de 1966 até sua morte em 1982 (CAVALCANTI, 2015). Em 2006, um Simpósio denominado: *The Destiny of Theory: Beyond The New Science of Organizations* dedicou introdução à Guerreiro Ramos (Candler; Ventriss, 2006; Ventriss Candler; Salm, 2010), afirmando sua contribuição ao campo dos estudos organizacionais com reflexões que, conforme nossa leitura, se expressam decoloniais. Candler e Ventriss (2006) afirmam que a importância de Guerreiro Ramos se dá por três motivos: Primeiro: 1. Por ter sido ele o primeiro a apontar os riscos da ciência social amparada por um *homo economicus*; 2 Pela teorização que visava superação por meio do reconhecimento de configurações não mercantis, quando pessoas poderia guiar-se por outros interesses, que não apenas materiais (a multidimensionalidade humana); 3 Pela teorização que visa superação por meio da delimitação dos sistemas sociais. Assumem, ainda, que seu trabalho é integrativo (construir pontes), o que é inovador, ao levantar várias questões éticas às ciências sociais.

Em 2015, em comemoração ao centenário do autor, a revista Cadernos EBAPE.BR lançou uma Edição Especial diante da perspectiva do reconhecimento da “trajetória intelectual (...) e implicações teóricas e práticas para o campo das ciências sociais, especialmente em relação à Sociologia e à Administração” (CAVALCANTI, 2015, p. 547).

No editorial da edição especial, Tenório (2015, p. 1) ressalta que “determinados produtores de conhecimento têm (...) o dom, o talento de demarcar e/ou remarcar com a sua sapiência o caminhar cognitivo de outros”, ao lembrar que o autor é marcado tanto pela sua produção acadêmica como pelo seu ativismo político inspirado numa sociedade mais

justa que vai da estética à política, não circunscrito apenas ao campo das ciências sociais. Esse dom, conforme observam Ventriess e Candler (2005, p. 355), surge das próprias experiências do autor como um “pobre brasileiro afrodescendente em um Brasil turbulento e em desenvolvimento”, que viveu “uma busca ansiosa para entender e descobrir novas possibilidades políticas nos tempos turbulentos em que se encontrou, tanto no Brasil, como nos Estados Unidos” (VENTRISS; CANDLER, 2005, p. 356). E, ainda, um “proeminente organizador de direitos civis, um senador, um conselheiro de presidentes, co-fundador da disciplina de administração pública em dos países mais populosos do mundo” (CANDLER; VENTRISS, 2006, p. 496). “um sociológico brasileiro, polêmico e inovador” (BRINGEL; DOMINGUES, 2015, p. 73).

No Brasil, Guerreiro Ramos é visto como “um crítico das ciências sociais em geral e, em particular, da teoria geral das organizações” (NERY; PEIXOTO, 2013, p. 544). Central em sua obra é a tese da sociedade centrada no mercado. Nela, a psicologia frequentemente “transforma-se numa tecnologia de persuasão para aumentar a produtividade” (Ramos, 1983, p. 108). A ciência da organização, por sua vez, estaria presa a pressupostos derivados do mercado, e a forma: “enquanto permanecer alheia à crítica de si mesma” terá sua prática afetada (Ramos, 1983, p. 86). Para Oliveira (2025), mesmo sem uma formação formal em psicologia, ele reconheceu o potencial do psicodrama para trabalhar questões relacionadas à identidade étnico-racial, trauma social e desigualdade, especialmente no contexto do movimento negro brasileiro, o que revela sua sensibilidade às dimensões subjetivas e simbólicas da dominação social.

A política cognitiva, neste quadro, representa “[...] o uso consciente ou inconsciente de uma linguagem distorcida” que orienta interpretações conforme interesses de poder (Ramos, 1983, p. 87) e hoje “passou a permear tudo” (RAMOS, 1983, p. 86), sendo “a corrente psicológica da sociedade centrada no mercado” (RAMOS, 1983, p. 90).

Nesse sistema, o valor social do indivíduo vincula-se ao emprego: a psicologia organizacional “[...] avalia a normalidade e a qualidade do indivíduo de acordo com a função que ele exerce como um detentor de emprego” (RAMOS, 1983, p. 100), de modo que “não ser detentor de um emprego corresponde a não ter valor” (RAMOS, 1983, p. 101). Assim, o

mercado tende a tornar-se força modeladora da vida social, ainda que historicamente tivesse função limitada “para não solapar as bases da comunidade” (RAMOS, 1983, p. 89–90). Para o autor, a venda de produtos resulta menos do entendimento de suas propriedades e mais de “uma batalha política velada contra o bom-senso” viabilizada pela política cognitiva (RAMOS, 1983, p. 91).

As implicações dessa crítica não se restringem à teoria organizacional, mas alcançam a constituição da subjetividade no trabalho, revelando como modelos de gestão referenciam modos de ser e de se reconhecer socialmente. Nesse sentido, reverbera nesse diálogo o que foi anunciado pela SBPOT em 2009 a respeito dos debates nos estudos e pesquisas em psicologia, organizações e trabalho em relação a dicotomia ‘trabalho’ e ‘organizações’, especialmente quando refletem:

Que formas de organizar o trabalho sustentam a sociedade em que vivemos? Que formatos e configurações organizacionais serviriam melhor aos propósitos da humanização do trabalho? Poderemos pensar uma sociedade que possa renunciar ao conceito de “organização” a favor apenas do de “trabalho”? Negar a “organização” como objeto de estudo e de análise humanizará o “trabalho”? (SBPOT, 2009, p. 4).

Também se reconhece a defesa de “distintas aproximações da Psicologia, enquanto ciência e profissão, com o mundo do trabalho” (Bernardo et al., 2017, p. 16), quando se observa tradições que, historicamente, construíram objetos diferentes e que são, de certo modo, irreduzíveis uns aos outros haja vista diferenças teóricas, metodológicas e ético-políticas (BERNARDO ET AL., 2017, p. 16). Essa pluralidade interna revela que o campo não é homogêneo, mas atravessado por disputas acerca de seus fundamentos e compromissos sociais.

Observando ênfase à dimensão comportamental, aproxima-se a discussão às subjetividades marcadas por individualismo e utilitarismo. A psicologia sociomórfica “despoja o indivíduo de seu desejo de significação” (RAMOS, 1983, p. 100), pois a significação decorre da atualização de potencialidades pessoais. Quando a organização se torna referência primordial, o sujeito perde contato com sua individualidade: “Somente um ser deformado pode encontrar em sistemas planejados o meio adequado à

sua própria atualização” (RAMOS, 1983, p. 99). Nisso, “a autoatualização implica tensão e resistência à socialização total” (Ramos, 1983, p. 100).

Ramos (1983) também critica o humanismo integracionista, que parte de uma concepção sociomórfica e resiste a reconhecer elementos substantivos da psique além da socialização: “O atual humanismo integracionista das organizações toma por base uma concepção sociomórfica da atualização humana” (Ramos, 1983, p. 99). Essa crítica ao reposicionar o olhar da mera adaptação do indivíduo às organizações para a análise das condições históricas e políticas que situam o próprio ideal de integração. Em vez de tomar a socialização como processo neutro, abre-se espaço para problematizar quem define os critérios de normalidade, produtividade e realização no trabalho. Assim, a subjetividade deixa de ser concebida como recurso organizacional e passa a ser compreendida como território de disputa simbólica e material.

Diálogos contemporâneos reforçam a atualidade dessas críticas. Bettache (2024) mostra como o capitalismo situa cultura e psiquismo, internalizando valores de competição e sucesso material. Na Psicologia, Organizações e Trabalho (POT), a figura do “homem funcional” e depois do “homem modular” expressa a expectativa de adaptação contínua do trabalhador, enquanto a humanização requer mudanças na subjetividade, nas condições de trabalho e nas relações institucionais (MALVEZZI, 2015). Nessa perspectiva, as leituras contemporâneas sugerem que tais dinâmicas não se restringem a modelos clássicos de gestão, mas se atualizam em linguagens renovadas de desempenho, engajamento e flexibilidade. O que se transforma é a forma discursiva, mas permanece a centralidade do mercado como referência normativa da vida social e laboral.

Essas reflexões convidam a questionar a universalidade de narrativas hegemônicas, valorizando epistemologias e formas plurais de vida. Como alerta Lander (2005, p. 8), “a naturalização da sociedade liberal como a forma mais avançada e normal de existência humana não é uma construção recente”, mas parte de uma longa história no pensamento social ocidental.

Desse modo, a perspectiva decolonial não se reduz a uma crítica teórica, mas constitui um convite ético, político e epistemológico a revisar pressupostos naturalizados sobre ciência, trabalho e organização. Ao

observar que tais categorias são historicamente situadas, abre-se espaço para pluralizar referências, reconhecer saberes subalternizados e imaginar formas de organização da vida e do trabalho menos subordinadas à lógica única do mercado, ou repensar o mercado na incorporação de práticas sociais solidárias.

Reflexões finais

Por uma ciência rebelde, em sintonia com Demo (2012, p. 21), observa-se o deslocamento “da autoridade do argumento, volta-se para o argumento de autoridade, recaindo na mesma arapuca que antes se havia questionado”, em que “a qualidade é vista no alinhamento, não na originalidade e autoria alternativa”. Ao discutir a evolução e os limites do paradigma científico, especialmente o positivismo, Demo (2012, p. 5; p. 31) reconhece seus ganhos de respeitabilidade - que “tornou-se signo imprescindível da qualidade acadêmica” - mas critica a pretensão de domínio total, quando “a ciência fantasia o ser humano como tão superior a tudo que existe na natureza que somente ele a pode estudar e dominar, postulando um divino, de cima, de fora, sendo então capaz de devassar seus mistérios finais”. Daí decorre a descentração do eurocentrismo e o questionamento do saber universal, recolocando o sujeito no fazer científico e tensionando a criatividade para além do simples “jogar o jogo”.

Se o campo da Psicologia, Organizações e Trabalho deseja responder aos desafios contemporâneos, não basta aprimorar métodos ou atualizar conceitos; é necessário interrogar os próprios fundamentos que orientam sua produção e validação do conhecimento.

Essa reflexão ao pensamento acrítico e à autoridade instituída prepara o terreno para uma inflexão ética e política no modo de compreender produção de conhecimento e práticas sociais solidárias. Se o fazer científico exige autoria situada e abertura ao novo, isso implica reconhecer que o conhecimento não se produz fora das relações sociais, mas em meio a elas. É nesse ponto que a discussão avança do plano epistemológico para o terreno da experiência vivida, onde a tensão entre autonomia e pertencimento se torna fundamental à produção subjetiva nos processos cotidianos.

No diálogo com a Psicologia, Organizações e Trabalho em perspectiva social e decolonial, as contribuições de Guerreiro Ramos contribuem com alternativas compreensivas. Para Ramos (1983, p. 112), “o desenvolvimento pessoal e a solidão pessoal são inseparáveis”, revelando a contradição moderna entre autonomia e isolamento. Quando afirma que “toda socialização é alienação” (RAMOS, 1983, p. 112), provoca a crítica às formas de socialização que reproduzem poder e homogeneização, especialmente quando naturalizadas como adaptação necessária aos sistemas organizacionais e mercantis.

A saída aponta para a reinvenção do social pelo coletivo. Isso se reforça quando diz que “[...] o homem, essencialmente, não se comporta - como um portador da razão, essencialmente age” (RAMOS, 1983, p. 112), indicando o agir situado, relacional e solidário como base de uma epistemologia do fazer coletivo. Essa perspectiva aproxima-se das críticas decoloniais ao evidenciar que processos de homogeneização e normalização também refletem mecanismos de poder, nas quais experiência, história e território ganham centralidade. O conhecimento passa, então, a ser compreendido como prática relacional, e não como produto neutro e universal.

Na crítica decolonial latino-americana, Lander (2005), em referência a Martiza Montero (ano?), enfatiza: a comunidade e o saber popular como episteme de relação; a libertação pela práxis crítica; a redefinição do pesquisador e do sujeito da pesquisa como co-construtor do conhecimento; o caráter histórico e plural do saber; a tensão dependência-resistência; e a revisão de métodos. Trata-se de pluralizar vozes e modos de conhecer. Essa valorização do saber situado encontra ressonância nas discussões sobre lugar e territorialidade. Se o conhecimento é relacional e histórico, ele também é espacialmente ancorado, emergindo de vínculos concretos entre sujeitos, territórios e modos de vida. Desse modo, o território não é apenas cenário, mas condição de possibilidade da experiência e da produção de sentido.

Escobar (2005) introduz a centralidade do lugar como experiência enraizada e vinculada à vida cotidiana, marcada por pertencimento. Para ele, “o lugar desapareceu no frenesi da globalização dos últimos anos, e este enfraquecimento do lugar tem consequências profundas em nossa

compreensão da cultura, do conhecimento, da natureza e da economia” (Escobar, 2005, p. 63), embora “as teorias do pós-desenvolvimento e a ecologia política são espaços de esperança para reintroduzir uma dimensão baseada no lugar” (p. 63).

Escobar (2005) associa o desaparecimento do lugar à invisibilização de modelos culturais da natureza e às consequências do colonialismo. Observa que “modelos locais da natureza evidenciam um arraigamento especial a um território concebido como uma entidade multidimensional” e que “os seres humanos estão arraigados na natureza e imersos em atos práticos localizados” (Escobar, 2005, p. 66). Assim, “o conhecimento local é um modo de consciência baseado no lugar, uma maneira lugar-específica [de dar] sentido ao mundo” (p. 68), ainda que “o lugar e o conhecimento local não são panaceias” e possam conter dominação (p. 70).

Por isso, é preciso ampliar a análise para as relações entre lugar, economia, identidade e relações sociais. Nesse horizonte, “é nessa interseção dos modelos da natureza baseado-no-lugar e na economia, por um lado, e na teorização de racionalidades produtivas, por outro, onde poderemos encontrar um contexto de referência mais amplo” para os debates sobre sustentabilidade cultural e ecológica (ESCOBAR, 2005, p. 73). Essa interseção desloca a discussão do desenvolvimento como progresso linear para a construção situada de alternativas plurais.

Em conjunto, essas contribuições convergem para uma crítica às promessas universalizantes da modernidade e para a afirmação de epistemologias comprometidas com a pluralidade. O que se apresenta é a busca/afirmação de uma ciência menos orientada pelo controle e mais pelo diálogo; menos centrada na validação externa e mais atenta às condições concretas de existência.

As reflexões aqui mobilizadas apontam para a necessidade de reimaginar a ciência, a psicologia e os estudos organizacionais como práticas implicadas na vida social. Isso envolve reconhecer limites, acolher dissensos e legitimar saberes que emergem de experiências historicamente marginalizadas, em atenção ao território. Uma perspectiva (de)colonial, nesse sentido, não oferece respostas, mas convida a uma postura crítica permanente, na qual conhecer é também um ato de responsabilidade ética

e política. Ao tensionar o universalismo e resgatar o lugar, a coletividade e a práxis, abre-se espaço para formas de produção de conhecimento mais plurais e comprometidas com a transformação social.

Referências

BERNARDO, M. H.; OLIVEIRA, F. De; SOUZA, H. A. de; SOUSA, C. C. de. Linhas paralelas: As distintas aproximações da psicologia em relação ao trabalho. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 34, n. 1, p. 15–24. 2017.

BETTACHE, K. Where is capitalism? Unmasking its hidden role in psychology. **Personality and Social Psychology Review**, v. 29, n. 3, p. 215–249. 2024. <https://doi.org/10.1177/10888683241287570>

BIZARRIA, F. P. de A. Uma crítica decolonial ao fazer investigação ação participativa (IAP) em psicologia. In M. L. G. Schmidt, L. O. Borges, S. da C. Barbosa, & F. F. de Oliveira (Orgs.), **Desafios metodológicos ao pesquisador socialmente engajado** Vol. 1, pp. 93–110. Editora Universitária Leopoldianum. 2025.

BIZARRIA, F. P. de A. Da razão substantiva à razão substantiva cosmopolita: Ensaando novas possibilidades. **Organizações & Sociedade**, 26, 393–413. 2019.

BRINGEL, B.; DOMINGUES, J. M. Teoria social, extroversão e autonomia: Impasses e horizontes da sociologia (semi) periférica contemporânea. **Caderno CRH**, v. 26, n. 73, p. 77–89. 2015. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792015000100005>

CANDLER, G. G.; VENTRISS, C. Symposium: The destiny of theory: Beyond the new science of organizations. **Administrative Theory & Praxis**, 28(4), 495–500. 2006. <https://doi.org/10.1080/10841806.2006.11029548>
Cavalcanti, B. S. (2015). 100 anos de jornada: A rica trajetória intelectual de Alberto Guerreiro Ramos. **Cadernos EBAPE.BR**, 13(Edição especial). <https://doi.org/10.1590/1679-395153726>

CORONIL, F. Natureza do pós-colonialismo: Do eurocentrismo ao globocentrismo. In E. Lander (Org.), *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais – Perspectivas latino-americanas*.

CLACSO. 2005. https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624095004/7_Coronil.pdf

DEMO, P. Ciência rebelde: Para continuar aprendendo, cumpre desestruturar-se. Atlas.2012.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: Globalização ou pós-desenvolvimento? In E. Lander (Org.), A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais – **Perspectivas latino-americanas**. CLACSO. 2005.

<https://www.kufunda.net/publicdocs/ESCOBAR,%20Arturo.%20O%20lugar%20da%20natureza%20e%20a%20natureza%20do%20lugar.pdf>

GUIMARÃES JUNIOR, S. D.; FREITAS, L. G. de. Um olhar decolonial para a psicologia do trabalho no Brasil. **Revista Trabalho (En)Cena**, e024028. 2023. <https://doi.org/10.20873/2526-1487e024028>

HAN, B.-C. **Psicopolítica**: O neoliberalismo e as novas técnicas de poder (M. Liesen, Trad.). Âyiné. 2018.

LANDER, E. Ciências sociais: Saberes coloniais e eurocêntricos. In E. Lander (Org.), **A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais – Perspectivas latino-americanas**. CLACSO. 2005.

MALVEZZI, S. Reflexões sobre a contribuição da psicologia das organizações e do trabalho para a sociedade. **Revista Rúbricas**, n. 5. 2015.

MIGNOLO, W. D. Os esplendores e as misérias da “ciência”: Colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluriversidade epistêmica. In B. Santos (Ed.), *Conhecimento prudente para uma vida decente: Um discurso sobre as ciências revisitado* pp. 667–709. Cortez. 2004.

MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: A opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, n. 34, p. 287–324. 2008. https://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf

MISOCZKY, M. C. A. Sobre o centro, a crítica e a busca da liberdade na práxis acadêmica. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 4, n. 3. 2006. <https://doi.org/10.1590/S1679-39512006000300002>

NERY, M. F.; PEIXOTO, D. L. Mercados e racionalidades: A perspectiva de Alberto Guerreiro Ramos e Cornelius Castoriadis. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 11, n. 4. 2013. <https://doi.org/10.1590/S1679-39512013000400005>

OLIVEIRA, D. R. Psicodrama brasileiro e a luta antirracista: O legado de Alberto Guerreiro Ramos. **Revista Brasileira de Psicodrama**, 33, e0425. 2025. <https://doi.org/10.1590/psicodrama.v33.696>

ORELLANO, C. M.; GONZÁLEZ, S. G. Acerca de la opción decolonial en el ámbito de la psicología. **Perspectivas en Psicología**, v. 12, n. 2, p. 1–8. 2015. <https://perspectivas.mdp.edu.ar/revista/index.php/pep/article/view/1>

PULIDO-MARTÍNEZ, H. C. P. “Psicologia social do trabalho”: Uma intervenção sobre o mundo do trabalho na América Latina. **Laboreal**, v. 17, n. 2. 2021. <https://doi.org/10.4000/laboreal.18229>

PULIDO-MARTÍNEZ, H. C.; AUZA DÍAZ, M. M.; RUÍZ S., I. T. De la tradición a la racionalización: Repertorios culturales que circulan en una organización alimentadora del sistema de transporte masivo de pasajeros en Bogotá. *Universitas Psychologica*, v. 4, n. 3, p. 349–357. 2005. <https://www.redalyc.org/pdf/647/64740309.pdf>

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In A. Quijano, **A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais**. pp. 117–142. CLACSO. 2009.

RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações**. FGV. 1983. SBPOT - Sociedade Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho (SBPOT). **Manifesto da Associação Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho** (SBPOT) 2009.

TENÓRIO, F. G. O centenário de Guerreiro Ramos. **Cadernos EBAPE.BR**, 13(Edição especial), Editorial. 2015, setembro.

VENTRISS, C.; CANDLER, G. G. Alberto Guerreiro Ramos, 20 years later: A new science still unrealized in an era of public cynicism and theoretical ambivalence. **Public Administration Review**, v. 65, n. 3. 2005. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6210.2005.00459.x>

VENTRISS, C.; CANDLER, G. G.; SALM, J. F. Alberto Guerreiro Ramos: The “in-between” as intellectual bridge builder? **Organizações & Sociedade**,

v. 17, n. 52, p. 103–114. 2010. <https://doi.org/10.1590/S1984-92302010000100006>

ZUBOFF, S. A era do capitalismo de vigilância: A luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. **Intrínseca**. 2021. <https://www.intrinseca.com.br/upload/livros/1%C2%BACap-AEraDoCapitalismoDeVigilancia.pdf>

Artigo apresentado em: 11/03/2026

Versão final apresentada em: 21/03/2026

Aprovado em: 30/03/2026